


GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Lei Ordinária Estadual nº 10.520, de 08/05/2024	Altera a Lei Estadual nº 5.530, de 13 de janeiro de 1989, que disciplina o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS).
Lei Ordinária Estadual nº 10.515, de 08/05/2024	Altera a Lei Estadual nº 10.311, de 28 de dezembro de 2023, que institui a Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Exploração e Aproveitamento de Recursos Hídricos (TFRH) e o Cadastro Estadual de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Exploração e Aproveitamento de Recursos Hídricos (CERH).
Lei Ordinária Estadual nº 1.498, de 26/04/2024	Altera a Lei Estadual nº 9.853, de 9 de fevereiro de 2023, que dispõe, no âmbito do Poder Executivo Estadual sobre a gratificação de que trata o inciso II do caput do art. 132 da Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994.
Lei Ordinária Estadual nº 10.456, de 11/04/2024	Estabelece o regime jurídico de ajustes entre a Administração Pública e pessoas físicas ou jurídicas, que exercem serviços ou funções de interesse público.
Lei Ordinária Estadual nº 10.452, de 11/04/2024	Altera a Lei Estadual nº 8.574, de 16 de dezembro de 2017, que autoriza o Estado do Pará a contrair empréstimos com organismos financeiros.
Decreto Legislativo nº 33, de 26/09/2024	Ratifica o Convênio ICMS nº 74, de 15 de junho de 2024, que altera o Convênio ICMS nº 81, de 4 de julho de 2003, que dispõe sobre a isenção do ICMS nas operações relacionadas ao Programa de Segurança Alimentar e Nutricional.
Decreto Legislativo nº 32, de 04/09/2024	Ratifica a Convenção ICMS nº 70, de 2024, que altera a disciplina do ICMS nas operações internas e interestaduais.
Decreto Legislativo nº 27, de 03/07/2024	Ratifica a Convenção ICMS nº 75, de 2024, que estabelece novas regras de cálculo para o ICMS em operações interestaduais com combustíveis.
Decreto Legislativo nº 26, de 03/07/2024	Ratifica os Convênios ICMS nºs. 15 e 24/24, celebrados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), nos termos estabelecidos no art. 4º da Lei nº 5.530, de 13 de janeiro de 1989, com redação dada pela Lei nº 9.389, de 16 de dezembro de 2021, que "Disciplina o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)".
Decreto Legislativo nº 25, de 03/07/2024	Ratifica o Convênio ICMS nº 55/24, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), nos termos estabelecidos no art. 4º da Lei nº 5.530, de 13 de janeiro de 1989, com redação dada pela Lei nº 9.389, de 16 de dezembro de 2021, que "Disciplina o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)".
Decreto Legislativo nº 22, de 26/06/2024	Ratifica o Convênio ICMS nº 56/2024 celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), nos termos estabelecidos no art. 4º da Lei nº 5.530, de 13 de janeiro de 1989, com redação dada pela Lei nº 9.389, de 16 de dezembro de 2021, que "Disciplina o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e


GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

	sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)".
Decreto Legislativo nº 11, de 05/06/2024	Ratifica o Convênio ICMS nº 09/2024 celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), nos termos estabelecidos no art. 4º da Lei nº 5.530, de 13 de janeiro de 1989, com redação dada pela Lei nº 9.389, de 16 de dezembro de 2021, que "Disciplina o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)".
Decreto Legislativo nº 5, de 28/03/2024	Ratifica o Convênio ICMS nº 226/23, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), nos termos estabelecidos no art. 4º da Lei nº 5.530, de 13 de janeiro de 1989, com redação dada pela Lei nº 9.389, de 16 de dezembro de 2021, que "Disciplina o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS".
Decreto Legislativo nº 4, de 28/03/2024	Ratifica os Convênios ICMS nºs 212 e 213/23, celebrados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), nos termos estabelecidos no art. 4º da Lei nº 5.530, de 13 de janeiro de 1989, com redação dada pela Lei nº 9.389, de 16 de dezembro de 2021, que "Disciplina o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)".
Decreto nº 4.205, de 23/09/2024	Altera disposições do Regulamento do ICMS no Estado do Pará, aprovado pelo Decreto Estadual nº 4.676, de 18 de junho de 2001, para dispor sobre a simplificação dos procedimentos de apuração do imposto.
Decreto nº 4.200, de 20/09/2024	Altera disposições do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (RICMS), aprovado pelo Decreto Estadual nº 4.676, de 18 de junho de 2001.
Decreto nº 4.196, de 19/09/2024	Altera o Decreto Estadual nº 4.025, de 19 de julho de 2024, que dispõe sobre medidas de racionalização e execução da despesa orçamentária no âmbito do Poder Executivo Estadual.
Decreto nº 4.185, de 16/09/2024	Regulamenta a Lei Estadual nº 10.311, de 28 de dezembro de 2023, que institui a Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Exploração e Aproveitamento de Recursos Hídricos (TFRH) e o Cadastro Estadual de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Exploração e Aproveitamento de Recursos Hídricos (CERH).
Decreto nº 4.169, de 06/09/2024	Dispõe sobre o valor adicionado de índices percentuais distribuídos aos Municípios, das parcelas do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS).
Decreto nº 4.166, de 05/09/2024	Altera a aplicação da carga de impostos sobre combustíveis realizados no âmbito de operações com gás natural.